



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 906/2023
PROCESSO SES 55315/2023**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas cadastrem suas propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta Cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais para o Central de Materiais e Esterilização (CME) do Hospital Nereu Ramos (HNR), conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS E REGISTRO DE LANCES: até 11h00min. do dia 12/06/2023.

1 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1.1 – Cadastro simplificado:

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: https://youtu.be/MtILX39_ryg

2 – PROPOSTA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/8JL8ggARORs>

2.1.2 – Após cadastrar a proposta, os participantes poderão registrar lances, até o prazo limite estabelecido em edital.

2.1.3 – Ao final do prazo, será realizada a negociação respeitando a ordem classificatória de lances, devendo os participantes estarem online. Finalizada a negociação, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema.

2.1.4 – Documentos de qualificação técnica, quando exigidos em termo de referência, também deverão ser apresentados junto à proposta final.

2.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de quaisquer naturezas incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

2.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.4 – Ao final da cotação, após obter aprovação técnica, autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

2.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

2.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

2.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

- 2.4.2.3** - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;
- 2.4.2.4** - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- 2.4.3** - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;
- 2.4.4** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;
- 2.4.5** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 2.5** - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;
- 2.6** - Caso haja a necessidade expressa na Cotação de Preço de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;
- 2.7** - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

3 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1** – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;
- 3.1.1** - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
- 3.1.2** - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;
- 3.2** - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;
- 3.3** - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

4 – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 4.1**- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1** – A participação na presente cotação eletrônica implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta Cotação e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;
- 5.2** – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);
- 5.3** – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;
- 5.4** – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação Eletrônica e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

5.5.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

5.5.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

5.5.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

5.5.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

5.5.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

5.5.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

5.5.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas nesta Cotação de Preço;

5.5.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida na Cotação de Preço, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

5.6 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

5.7 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

5.8 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta Cotação de Preço.

5.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10 – O resultado deste Cotação de Preço de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br .

5.11 – Nos casos omissos desta Cotação de Preço serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 02 de junho de 2023.

Núcleo de Compra Direta

DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
SERVIÇOS EM SAÚDE - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: HNR - HOSPITAL NEREU RAMOS
Cotação de Preço nº: 906/2023 Protocolo: SES 55315/2023

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 845/2023 (TOTAL)

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	118290016	Pinça de Apreensão Debaquey - empunhadura axial sem cremalheira 3,5mm de largura de boca , diâmetro 5mm e comprimento de 28 a 36 cm, em aço inoxidável, com polimento sem cantos vivos. Embalagem individual constando os dados de identificação, lote, fabricação confeccionado conforme as normas atuais vigente. Apresentar registro MS.	peça	1
2	118290418	Porta agulha torácico para VATS diâmetro 5mm e comprimento de 28cm a 36 cm , em aço inoxidável, com polimento sem cantos vivos. Embalagem individual constando os dados de identificação, lote, fabricação confeccionado conforme as normas atuais vigente. Apresentar registro MS.	peça	2
3	118290419	Pinça torácica snake com dentes largura parte ativa 5mm CATS diâmetro 5mm e comprimento de 28 a 36 cm, em aço inoxidável, com polimento sem cantos vivos. Embalagem individual constando os dados de identificação, lote, fabricação confeccionado conforme as normas atuais vigente. Apresentar registro MS.	peça	2
4	118290420	Empurrador de nó delicado com empunhadura axial diâmetro 5mm comprimento 30cm, em aço inoxidável com polimento, sem cantos vivos. Embalagem individual constando os dados de identificação, lote, fabricação. Confeccionado conforme as normas atuais vigentes. Apresentar registro MS.	peça	2

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – Como o objeto da presente cotação eletrônica é de entrega imediata e integral, para autorizar a execução dos serviços a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 – Os serviços deverão ser executados em até 10 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 – A cotadora deverá entrar em contato com o solicitante conforme informações constantes na Ordem de Fornecimento para agendamento do procedimento.

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HNR	Hospital Nereu Ramos	Rua Rui Barbosa, 152 Agronômica – Florianópolis – SC	(48) 3216-9300

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

Aquisição de materiais para o Central de Materiais e Esterilização (CME) do Hospital Nereu Ramos, para utilização no Centro Cirúrgico, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Especificação do Objeto:

Conforme requisição 1611/2023.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO:

Disponibilizar ao Hospital Nereu Ramos instrumentais cirúrgicos para atender a necessidade apresentada pelo Centro Cirúrgico nos procedimentos de cirurgia torácica. Sendo informado ainda que é material urgente necessário para a reposição de instrumentais danificados e para composição de kits para lobectomia minimamente invasiva, tendo em vista que o valor da despesa se caracteriza em Dispensa de Licitação, uma vez que foi Frustrado já no PE: 2320/22; se faz necessária a aquisição para atender as demandas de cirurgias, além de agilizar os agendamentos, pois permitirá realizar mais de um procedimento por dia, o que hoje não é possível.

3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A Contratada deverá enviar por meio eletrônico, nas condições e prazos indicados pelo edital proposta atualizada contendo o valor final e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

a) Preço unitário do item;

b) Marca;

c) Procedência;

d) Apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

3.2. A proposta de preços deverá conter obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da proponente, endereço, telefone e endereço eletrônico;

3.3. A equipe técnica poderá solicitar a apresentação de amostras do produto, quando julgar necessário, para análise técnica do material ofertado.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1. O compromisso será firmado por meio de ordem de fornecimento em entrega única, para futura e eventual aquisição, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

4.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

4.3. O prazo de entrega será de até 10 dias para itens de fabricação nacional e de até 20 para itens importados, após a emissão e empenho da ordem de fornecimento;

4.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.5. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Unidade Solicitante conforme especificação do objeto no(s) endereço(s): Rua Rui Barbosa, 152, Agrônômica, Florianópolis, SC.

4.6. Não serão aceitos produtos que sofreram transformações ou adaptações em suas configurações originais, apenas para atender o edital;

4.7. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados ou provenientes de reutilização de material já empregado;

4.8. A Contratada deverá encaminhar, quando da entrega dos itens, os manuais (impresso e digital) de operações em português e o de serviço em português e/ou inglês;

- 4.9. Caso haja a necessidade, ficará a contratada obrigada a treinar, sem ônus, os profissionais da SES.
- 4.10. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos equipamentos;
- 4.11. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 4.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos equipamentos, de acordo com os Artigos 12,13, 18 e 26, da Lei nº 8.078/1990;
- 4.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do presente processo;
- 2.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do processo;
- 4.15. A CONTRATADA e seus empregados deverão manter sigilo das informações coletadas nas Unidades da CONTRATANTE.
- 4.16. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada segundo suas especificações, prazos e demais condições deste Termo de Referência; Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição.
- 4.17. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.18. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital;
- 4.19. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade;
- 4.20. A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização;
- 4.21. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.
- 4.22. Qualificação técnica:
- 4.22.1. A empresa deverá apresentar relação explícita e declaração formal de que dispõe ou disporá, no ato da contratação, de todos os recursos necessários para o cumprimento do objeto deste processo.

5. DA ESTIMATIVA:

5.1. Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

6. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

7. GESTORES E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. Fiscal do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL
HNR	377.618-2-01	Danton Carlos de Carvalho Junior

7.2. Gestor do contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR
HNR	960.976-8-01	Renata Zomer de Albernaz Muniz

5.3. Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Francieli Bortolotto Dach	649.892-2-01	48 3665-9472/ bortolottof@saude.sc.gov.br

Data: 25/04/2023